



ATA Nro. 14/2026

Reunião Ordinária da Câmara Municipal

Realizada no dia 22-07-2026

PRESIDENTE - Pedro Manuel dos Santos Rosa

VEREADORES - Pedro Miguel Lobato Duque

- Duarte Nuno Alves Baptista

- Miguel Afonso Catalão Alves

- Joana Marcos Barroso Ramos

Aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Sardoaal, reuniu a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, Pedro Manuel dos Santos Rosa, estando igualmente presentes os Senhores Vereadores, Pedro Miguel Lobato Duque, Duarte Nuno Alves Baptista, Miguel Afonso Catalão Alves e Joana Marcos Barroso Ramos. -----

Verificando-se quórum, o Senhor Presidente, declarou aberta a reunião, eram quinze horas, com a seguinte Ordem do Dia, antecipadamente remetida a todos os Senhores Vereadores, nos termos do Artigo 25º do Código do Procedimento Administrativo, tendo sido tomadas as deliberações que se seguem: -----

Período antes da Ordem de Trabalhos:

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

(Artigo 52º da Lei nº 75/ 2013, de 12 de setembro)

O Senhor Presidente deu início à reunião, informando que nesse mesmo dia partiria na habitual viagem dos jovens do concelho à Europa, que decorrerá até 2 de agosto, com visitas a Madrid, Barcelona, Carcassonne e Bilbao, manifestando o desejo de que a iniciativa decorra com normalidade e constitua uma experiência enriquecedora para todos os participantes. -----

Felicitou a Associação Comercial e Empresarial pela comemoração do seu 105.º aniversário, destacando o importante papel que a instituição continua a desempenhar no apoio aos empresários locais, quer aos já estabelecidos, quer aos que pretendem iniciar atividade, desejando a continuação do seu sucesso. -----

Por último, informou que, durante a manhã, se realizou mais uma reunião de trabalho sobre a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM). Referiu que o processo continua a evoluir de forma positiva e manifestou a expectativa de que seja encontrada, em breve, uma solução para o parque empresarial, permitindo ao Município aceder aos financiamentos previstos no âmbito dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI). Acrescentou que os vereadores serão informados à medida que existam desenvolvimentos relevantes. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Vereador Pedro Duque que iniciou a sua intervenção associando-se às felicitações dirigidas à Associação Comercial e Empresarial, enaltecendo o seu percurso ao longo de mais de um século de existência e o contributo que continua a prestar ao tecido empresarial do concelho. Salientou que a associação tem desempenhado um papel relevante no apoio à iniciativa privada e recordou que, ao longo da sua história, contou com dirigentes que marcaram a vida do concelho. -----

Destacou igualmente o trabalho desenvolvido pelas associações e instituições locais na organização das Atividades de Tempos Livres (ATL), considerando que estas iniciativas constituem uma resposta importante para as famílias durante o período de férias escolares e contribuem para valorizar os espaços e os recursos existentes no concelho. ----

O Senhor Vereador apresentou dois requerimentos, um, sobre o pedido de antecipação das verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e do Fundo Social Municipal (FSM). Recordou que o assunto tinha sido abordado na reunião anterior, mas entendeu que os esclarecimentos prestados foram insuficientes, solicitando informação detalhada sobre o pedido efetuado à Direção-Geral das Autarquias Locais, nomeadamente a data do requerimento, o respetivo enquadramento, o montante solicitado, os fundamentos invocados e o suporte legal que justificou a dispensa de apreciação prévia pela Câmara Municipal. -----

Defendeu que esta decisão deveria ter sido submetida ao órgão executivo, não apenas por uma questão de transparência e lealdade institucional, mas também por considerar existir fundamento legal para tal. Referiu que efetuou uma análise da legislação aplicável, designadamente do Regime Jurídico das Autarquias Locais e da Lei das Finanças Locais, concluindo que compete à Câmara Municipal deliberar sobre matérias relacionadas com a gestão financeira do Município, incluindo decisões que impliquem alterações ao normal fluxo das transferências do Estado. -----

Acrescentou que, na sua interpretação, o Presidente da Câmara não dispõe de competência autónoma para solicitar a antecipação de receitas estruturais, como o FEF ou o FSM, sem deliberação do órgão executivo, defendendo igualmente que a própria Direção-Geral das Autarquias Locais exige, nestas situações, a certidão da deliberação camarária. -----

Reconheceu que o despacho governamental publicado na sequência das intempéries teve como objetivo simplificar e agilizar procedimentos, mas sustentou que essa simplificação não afastava a necessidade de a Câmara apreciar previamente a matéria. Salientou que a sua posição não pretendia colocar em causa a decisão política do executivo, admitindo inclusivamente que, caso o assunto tivesse sido submetido a

votação, seria provavelmente aprovado por unanimidade. Ainda assim, insistiu que está em causa uma questão de princípio, de respeito pelas competências do órgão executivo e pelo normal funcionamento institucional. -----

Relativamente ao segundo requerimento, relativo à revisão do Plano Diretor Municipal, solicitou que fosse disponibilizado um ponto de situação tão atualizado quanto possível sobre o processo. Referiu que já havia solicitado esta informação anteriormente e considerou que a documentação entretanto disponibilizada não respondia às questões que pretendia ver esclarecidas, designadamente quanto às alterações solicitadas pelas entidades consultadas, às matérias ainda pendentes de resolução e à previsão para a conclusão do processo. -----

O Senhor Presidente esclareceu que a documentação relativa ao ponto de situação da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) havia sido enviada aos vereadores nessa mesma manhã, incluindo o documento anteriormente distribuído durante a Assembleia Municipal. -----

O Senhor Vereador Pedro Duque agradeceu o esclarecimento, mas referiu que a informação pretendida era mais abrangente do que a documentação entretanto remetida. Explicou que o requerimento apresentado pelos vereadores do Partido Socialista visava obter um ponto de situação o mais atualizado possível da revisão do PDM, incluindo a identificação da última atualização efetuada, das entidades cujos pareceres ou pedidos de alteração ainda não tinham sido totalmente respondidos, bem como das alterações ou ajustamentos solicitados por essas entidades, a forma como o Município tenciona dar-lhes resposta e a previsão para a respetiva conclusão. -----

Acrescentou que essa informação permitiria acompanhar de forma mais rigorosa a evolução do processo, reconhecendo que a dimensão e complexidade da documentação poderá justificar as dificuldades sentidas na sua disponibilização. -----

O Senhor Presidente respondeu que a informação constante do documento enviado não sofrera alterações relativamente ao ponto de situação anteriormente transmitido. -----

Quanto ao primeiro requerimento, relativo à antecipação das verbas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e do Fundo Social Municipal (FSM), afirmou compreender os argumentos apresentados pelo Vereador Pedro Duque. Explicou que o executivo entendeu, na altura, que se tratava de um ato de gestão corrente, facilitado pelo despacho governamental que simplificava este tipo de procedimentos, bastando para o efeito apresentar o respetivo pedido à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL). Ainda assim, comprometeu-se a analisar a questão em conjunto com o Chefe da Divisão Financeira e a prestar todos os esclarecimentos solicitados. -----

Relativamente ao requerimento sobre a revisão do PDM, reconheceu que algumas das questões colocadas implicam a consulta e análise de documentação bastante extensa. Informou que iria avaliar, juntamente com o Chefe da Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente, a forma mais adequada de disponibilizar essa informação aos vereadores, admitindo inclusivamente a realização de uma reunião específica para apresentação do ponto de situação do PDM, envolvendo os serviços técnicos responsáveis. -----

Acrescentou que muitas das matérias solicitadas, nomeadamente as relativas aos pareceres das entidades e aos ajustamentos em curso, envolvem um volume documental muito significativo, razão pela qual seria necessário encontrar a forma mais adequada de transmitir essa informação. -----

Interveio o Senhor Vice-Presidente complementando os esclarecimentos relativos ao primeiro requerimento, explicando que o despacho governamental referido pelo Vereador Pedro Duque foi publicado a 7 de abril, estabelecendo um prazo de resposta até 20 de abril. -----

Esclareceu que a iniciativa de antecipar o duodécimo correspondente ao mês de dezembro não partiu do Município, mas sim da própria Direção-Geral das Autarquias Locais, que comunicou essa possibilidade a todos os municípios afetados pelas intempéries. Explicou ainda que o valor antecipado seria posteriormente regularizado através da dedução de um sexto dos restantes duodécimos entre julho e dezembro, tratando-se de uma medida destinada a reforçar temporariamente a tesouraria dos municípios para fazer face às despesas decorrentes da situação de calamidade. -----

O Senhor Vereador Pedro Duque reconheceu que a medida havia sido adotada numa fase inicial da resposta às intempéries, mas procurou perceber qual o impacto efetivo dessa antecipação na situação financeira do Município. -----

Questionou se o montante recebido, na ordem dos 2,4 milhões de euros, foi suficiente para responder às necessidades de tesouraria criadas pelos prejuízos provocados pela tempestade ou se, pelo contrário, poderá vir a ser necessário recorrer a novos mecanismos de compensação financeira. -----

O Senhor Presidente informou ter abordado essa matéria, durante a manhã, com o Chefe da Divisão Financeira. -----

Referiu que, até ao momento, a antecipação das verbas revelou-se suficiente para assegurar os compromissos financeiros do Município. Contudo, admitiu que não é possível excluir a necessidade de proceder a novos ajustamentos ao longo do segundo semestre, caso a evolução da situação financeira assim o justifique, salientando que, nesta fase, ainda não existe qualquer decisão nesse sentido. -----

O Senhor Vereador manifestou interesse em continuar a acompanhar esta matéria e passou, de seguida, ao pedido habitual de atualização do estado das principais obras municipais. -----

Solicitou um novo ponto de situação das empreitadas em curso, dando particular destaque à intervenção prevista para a Fonte da Estrada, por considerar tratar-se de uma obra que se encontrava numa fase determinante do processo. -----

O Senhor Presidente informou que, de um modo geral, não existiam alterações muito significativas relativamente ao ponto de situação anteriormente apresentado. -----

Relativamente à empreitada da Fonte da Estrada, explicou que todas as peças procedimentais se encontram concluídas e que o lançamento da obra deverá ocorrer dentro de poucos dias, estando apenas dependente da conclusão dos procedimentos administrativos associados à contratação pública. -----

Quanto à intervenção na Igreja Matriz, informou que os trabalhos prosseguem normalmente, embora a colocação da cobertura esteja ligeiramente atrasada relativamente ao calendário inicialmente previsto. -----

No que respeita à Creche Municipal, reconheceu que se registaram progressos nos últimos dias, embora ainda aquém do desejável. Recordou que o prazo contratual para conclusão da obra termina a 31 de dezembro e manifestou a expectativa de que esse objetivo seja cumprido. -----

Informou ainda ter sido aberto um novo aviso de candidatura para equipamentos da área social, permitindo ao Município recandidatar a obra da creche a financiamento através dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI). Considerou tratar-se de uma notícia muito positiva, uma vez que permitirá reduzir significativamente o esforço financeiro inicialmente previsto para a autarquia. -----

Relativamente aos investimentos no ciclo urbano da água, explicou que algumas candidaturas sofreram atrasos devido a alterações introduzidas pela CCDR, obrigando a Tejo Ambiente a suspender temporariamente alguns procedimentos. Manifestou, contudo, a expectativa de que esses processos avancem nos dias seguintes, abrangendo intervenções como a requalificação da rede de abastecimento na zona histórica e a ligação entre o depósito da Cabeça das Mós e Valhascos de São Simão. -----

Acrescentou que o Município continua igualmente a trabalhar com a Tejo Ambiente no alargamento das redes de abastecimento e saneamento às zonas periféricas da vila, permitindo substituir soluções individuais, como fossas sépticas, por ligações à rede pública. -----

Sobre o espaço de coworking, recordou que o concurso anteriormente lançado ficou deserto e informou que está agora a ser desenvolvido um modelo de concessão e execução da obra, procurando uma solução menos onerosa e que permita concretizar os objetivos inicialmente definidos para aquele edifício. -----

Por último, informou que as candidaturas relativas ao Jardim de Infância e ao Mercado Diário se encontram na fase de resposta aos pedidos de esclarecimento formulados pela entidade gestora, esperando que essas respostas possam ser apresentadas no prazo de cerca de dez dias, permitindo o normal prosseguimento dos respetivos processos. -----

O Senhor Vereador Pedro Duque questionou se a possibilidade de a obra da Creche Municipal vir a beneficiar de financiamento comunitário poderá, de alguma forma, comprometer ou prejudicar o processo atualmente em curso. -----

O Senhor Presidente esclareceu que essa situação não deverá prejudicar a candidatura, uma vez que a CCDR passou entretanto a contemplar este tipo de investimento nos financiamentos disponíveis. -----

Acrescentou que, mesmo através de mecanismos de overbooking, existe interesse por parte da CCDR em apoiar projetos que já se encontram em execução, atendendo à necessidade de aumentar os níveis de execução financeira dos fundos comunitários e cumprir as metas estabelecidas pela União Europeia. Por essa razão, considerou que a recandidatura da Creche Municipal apresenta boas perspetivas de vir a beneficiar de financiamento. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Vereador Miguel Alves que iniciou a sua intervenção por recordar que se encontravam abertas as inscrições para a Universidade Sénior, apelando à participação da população e salientando o sucesso que este projeto tem vindo a alcançar. Considerou que esta iniciativa constitui um importante instrumento de promoção do envelhecimento ativo, contribuindo para o bem-estar físico, mental e social dos seniores e incentivando uma participação cada vez mais ativa na vida da comunidade. -----

Referiu igualmente a realização das Quartas-feiras de agosto, manifestando satisfação pela continuidade da iniciativa e pela participação das associações locais, considerando que estas atividades representam uma importante forma de dinamização da vila e de promoção do convívio entre a população. -----

No âmbito do Orçamento Participativo, congratulou-se pela instalação do parque de calistenia, mas defendeu que futuros equipamentos desta natureza deverão contemplar soluções adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida. Sugeriu a instalação de equipamentos específicos para utilizadores de cadeira de rodas e de mobiliário urbano

mais inclusivo, dando como exemplo bancos adaptados que permitam uma utilização conjunta por pessoas com e sem mobilidade condicionada. Considerou que o Município deverá reforçar a preocupação com a acessibilidade e a inclusão nos espaços públicos. ---- Abordou depois a futura intervenção na Fonte da Estrada, manifestando reservas quanto à localização escolhida para o projeto. Na sua opinião, aquela opção poderá comprometer futuras ampliações do Parque Desportivo e, eventualmente, da piscina municipal, caso venha a revelar-se necessária uma expansão destes equipamentos. Reconheceu que a escolha poderá ter resultado das condições impostas pelo financiamento disponível, mas afirmou que, se a decisão lhe competisse, teria procurado uma localização alternativa após uma análise técnica mais aprofundada. -----

Por fim, apresentou uma declaração política sobre os recentes problemas ocorridos no sistema educativo nacional, esclarecendo que, apesar de não ser habitual trazer temas de política nacional às reuniões de Câmara, entendia que a dimensão dos acontecimentos justificava essa intervenção. -----

Manifestou solidariedade para com toda a comunidade educativa do concelho, incluindo alunos, famílias, docentes, assistentes operacionais, técnicos e direção do agrupamento de escolas. Referiu que também viveu esta situação enquanto encarregado de educação e considerou que milhares de famílias enfrentaram momentos de grande ansiedade devido às dificuldades verificadas no processo. -----

Classificou a situação como uma das maiores falhas alguma vez ocorridas na área da educação, considerando que o Ministério da Educação não assumiu devidamente as suas responsabilidades. Criticou a atuação do Ministro da Educação por, na sua perspetiva, procurar responsabilizar escolas, professores e diretores pelos problemas verificados, em vez de assumir os erros ocorridos. Terminou deixando uma palavra de reconhecimento a todos os profissionais da educação pelo esforço desenvolvido para minimizar os impactos causados por uma situação que considerou alheia ao seu desempenho. -----

O Senhor Presidente começou por associar-se às manifestações de solidariedade dirigidas à comunidade educativa, reconhecendo que os constrangimentos verificados durante o período dos exames nacionais provocaram naturalmente preocupação e ansiedade, sobretudo entre os alunos que se encontravam em final de ciclo e dependiam desses resultados para o acesso ao ensino superior. -----

Destacou igualmente o trabalho desenvolvido pelas escolas, considerando que estas procuraram sempre fazer parte da solução e não do problema, cumprindo as orientações que lhes foram transmitidas e mantendo uma postura de responsabilidade perante alunos e encarregados de educação. Sublinhou que também as famílias reconheceram

esse esforço e mantiveram uma atitude de compreensão e colaboração para com os estabelecimentos de ensino. -----

Relativamente às críticas dirigidas ao Ministério da Educação, reconheceu que ocorreram falhas que deverão ser analisadas e corrigidas, entendendo que as responsabilidades terão de ser apuradas. No entanto, recordou que problemas semelhantes já ocorreram em diversos momentos no passado, designadamente nos concursos de professores, defendendo que processos de modernização administrativa desta dimensão tendem a gerar dificuldades de implementação. Considerou que o atual Ministro da Educação tem desenvolvido um esforço significativo para modernizar um ministério complexo, cuja organização interna apresentava diversas limitações estruturais, esperando que as lições retiradas desta situação permitam melhorar o funcionamento futuro dos serviços. -----

Respondendo às restantes matérias levantadas pelo Vereador Miguel Alves, informou que o Município já se encontra a preparar o próximo ano letivo da Universidade Sénior, prevendo iniciar as atividades mais cedo do que no ano anterior. Adiantou que a oferta formativa deverá ser reforçada com novas disciplinas, entre as quais reiki, bem como alterações na área da informática, mantendo igualmente iniciativas como o Walking Football. Explicou que a programação continua a depender, em grande medida, da disponibilidade dos voluntários que colaboram com o projeto, pelo que a oferta poderá variar em função dessa disponibilidade. -----

Quanto às Quartas-feiras de agosto, afirmou que o Município continuará a apoiar a iniciativa, recordando que este ano a Junta de Freguesia optou por recuperar o modelo inicial. Manifestou a expectativa de que o evento continue a promover a cultura, o convívio e a participação da comunidade, referindo que o arraial já se encontrava praticamente preparado para o seu arranque. -----

Sobre o parque de calistenia, informou que o equipamento já se encontra instalado e disponível para utilização, esclarecendo que o atraso na sua montagem resultou das limitações de disponibilidade dos serviços municipais durante o período das intempéries. Mostrou-se ainda disponível para analisar a sugestão de instalação de equipamentos mais inclusivos para pessoas com mobilidade reduzida. -----

Relativamente à localização da intervenção na Fonte da Estrada, reiterou que a escolha resultou das condições impostas pelo processo de candidatura aos fundos comunitários. Explicou que o Município dispunha de apenas um mês para apresentar toda a documentação necessária, incluindo projeto e terreno já registado em seu nome, não existindo tempo para proceder à aquisição de novos terrenos. Acrescentou que, caso essa opção não tivesse sido tomada, o Município perderia a possibilidade de beneficiar do

financiamento disponível. Informou ainda que já foi solicitado à Comunidade Intermunicipal que, no âmbito da revisão dos Investimentos Territoriais Integrados, sejam considerados outros terrenos municipais destinados à construção de habitação a custos acessíveis. -----

Interveio o Senhor Vereador Pedro Duque, referindo compreende a justificação apresentada pelo Presidente relativamente ao curto prazo existente para a decisão sobre o projeto de habitação, reconhecendo que essa circunstância condicionou o processo. No entanto, contestou o argumento de que apenas poderiam ser utilizados terrenos que já fossem propriedade do município. -----

Para sustentar a sua posição, apresentou os exemplos dos municípios de Almeirim e Benavente, que, segundo afirmou, também aderiram ao programa e optaram por adquirir terrenos especificamente para esse efeito. Explicou que esses municípios compraram e escrituraram os terrenos, tendo atualmente as obras praticamente concluídas e as habitações próximas da entrega. Acrescentou que se tratou de investimentos significativos, referindo, a título de exemplo, um valor de cerca de quatro milhões de euros para a aquisição dos terrenos em Almeirim. -----

Na sua perspetiva, estes casos demonstram que a necessidade de o município já ser proprietário dos terrenos não constituía um impedimento absoluto, pelo que considera que esse argumento não é suficientemente convincente. -----

O Senhor Presidente respondeu que desconhece em detalhe os casos referidos, salientando que Almeirim e Benavente pertencem a outra comunidade intermunicipal e que não sabe quais os procedimentos ou instrumentos utilizados por esses municípios.

Explicou que, no caso do município, os investimentos em habitação a custos acessíveis resultaram do acordo celebrado com o IHRU, no âmbito do qual decorreram todas as negociações existentes, não tendo havido posteriormente novas oportunidades de negociação com aquele instituto. -----

Acrescentou ainda que desconhece se os municípios mencionados recorreram ao mesmo modelo de financiamento e execução, recordando que, no caso em apreço, embora o município assumia a execução da obra, o enquadramento do protocolo prevê um papel relevante do IHRU enquanto proprietário. Terminou afirmando que poderá verificar posteriormente de que forma aqueles municípios concretizaram os respetivos projetos. -----

ORDEM DE TRABALHOS

1. Ata da Reunião anterior;
2. Diário da Tesouraria;
3. Isenção de taxas;
4. Pedido de apoio financeiro;
5. ATL – Férias Desportivas – apoio diverso;
6. Pedido de Reserva de Grupo – Piscina Descoberta;
7. Proposta de abertura de procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho previsto no Mapa de pessoal na categoria de Assistente Técnico;

ORDEM DE TRABALHOS

1. ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Após confirmação de que todos os membros da Câmara tinham tomado conhecimento do conteúdo da ata da reunião anterior, oportunamente distribuída, foi dispensada a leitura, nos termos do artigo quarto do Decreto - Lei número quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de novembro de mil novecentos e sessenta e três, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

2. DIÁRIO DA TESOURARIA;

Foi presente o diário da tesouraria respeitante ao dia 16 de julho de 2026, cujos valores são os seguintes: -----

a) Dotações Orçamentais 1649 468,39€

b) Dotações não Orçamentais 125 324,31€

Total das Disponibilidades 1774 792,70 €

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3. ISENÇÃO DE TAXAS;**COMISSÃO DE FESTAS DE SANTIAGO DE MONTALEGRE**

-Licenciamento festejos anuais em honra de S. Tiago – 2026. -----

COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DE CABEÇA DAS MÓS

- Licenciamento dos festejos de verão, que terão lugar de 31 de julho a 02 de agosto. -----

GRUPO DESPORTIVO DE ALCARAVELA

-Licenciamento da festa de Alcaravela 2026, que terá lugar de 14 a 16 de agosto. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade isentar do pagamento das taxas. -----

4. PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO;

Pela Associação Recreativa da Presa foi emanada uma comunicação a solicitar o apoio financeiro da Autarquia, no valor de 800€, para realização do festival hípico, no âmbito da realização das Festas do Concelho. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o pedido. -----

5. ATL – FÉRIAS DESPORTIVAS – APOIO DIVERSO;

Foi presente uma comunicação enviada pela Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Sardoaal, a solicitar apoio diverso, no âmbito da realização das ATL – Férias Desportivas – 2026. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir os pedidos. -----

6. PEDIDO DE RESERVA DE GRUPO – PISCINA DESCOBERTA;

Foi presente uma comunicação apresentada pela Associação Meninos da Floresta, a solicitar autorização para uma visita de grupo – 20/30 crianças e 5/6 monitores, à piscina descoberta, dia 27 de agosto. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o pedido. -----

7. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO PREVISTO NO MAPA DE PESSOAL NA CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO;

Relativamente ao assunto mencionado em título, foi apresentada a informação nro. 11335/2026, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“(…)

2.É imprescindível o recrutamento de um trabalhador, na categoria de Assistente Técnico, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado.

3.O lugar a prover está previsto no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2026, aprovado na reunião da Câmara Municipal de Sardoaal, de 23 dezembro de 2025, e na sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 29 de dezembro de 2025;

(…)

Face ao exposto, propõe-se que:

A Câmara Municipal, nos termos referidos anteriormente, delibere autorizar a abertura de procedimento concursal comum para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos previstos na Portaria nº 233/2022 de 9 de setembro, tendo em vista a ocupação do posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal para desempenhar funções no respetivo serviço, autorizando , também, a candidatura de candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida." -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar a abertura de procedimento concursal, de acordo com a informação prestada pelo serviço. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Foi dada a palavra ao munícipe, Senhor João Agudo, que começou por chamar a atenção para o tempo de resposta da Câmara Municipal a uma reclamação que apresentou em 2025, referindo que apenas recebeu resposta em 24 de junho de 2026, cerca de 287 dias depois. Considerou que este prazo é excessivo e incompatível com o funcionamento desejável da Administração Pública, manifestando a expectativa de que se trate de uma situação excecional. Acrescentou que, mais recentemente, recebeu uma resposta do Senhor Vice-Presidente a uma outra exposição num prazo bastante mais curto, o que reforça a ideia de que o primeiro caso terá sido uma exceção. -----

Extrato/Recibo

Abordou depois a situação verificada no Centro de Saúde, referindo ter tomado conhecimento de que algumas pessoas se deslocam para o local pelas cinco horas da manhã, na tentativa de conseguir uma consulta. Salientou que esta realidade lhe causa preocupação e que não pretende encontrar culpados, mas antes alertar para a necessidade de analisar o problema e encontrar soluções que impeçam a sua repetição. - Defendeu que não é aceitável que cidadãos, muitas vezes em situação de doença ou fragilidade, tenham de recorrer a este tipo de práticas para aceder aos cuidados de saúde. Considerou que nem os utentes nem os profissionais de saúde devem ser responsabilizados pela situação, apelando à colaboração de todas as entidades envolvidas para que sejam encontradas soluções que garantam um acesso mais digno aos serviços de saúde. -----

O Senhor Presidente começou por reconhecer que também teve conhecimento da situação através das redes sociais e afirmou que não considera digna a imagem de pessoas a aguardarem, durante a madrugada, pela abertura do Centro de Saúde para tentar obter uma consulta. Salientou, contudo, que importa compreender as razões que levam os utentes a adotar esse comportamento antes de retirar conclusões sobre o problema. -----

Referiu que, perante uma necessidade de cuidados de saúde, é natural que as pessoas procurem garantir atendimento, mesmo que isso implique deslocarem-se mais cedo ao Centro de Saúde. Considerou que muitos utentes o fazem por precaução, receando não conseguir consulta, apesar de acreditar que o sistema continua a assegurar consultas para situações urgentes e que o atendimento telefónico também permanece disponível. Acrescentou que existem quatro consultas de recurso diárias e que, de acordo com a informação transmitida pela Unidade Local de Saúde (ULS), não têm existido constrangimentos significativos no acesso a essas consultas. -----

Explicou que o Centro de Saúde continua a assegurar assistência médica através de três médicas contratadas em regime de prestação de serviços, uma vez que o concelho continua sem médicos de família colocados de forma permanente. Informou ainda que, no mais recente concurso promovido pela ULS para preenchimento de vagas médicas, nenhuma das colocações ocorreu no concelho, reconhecendo que continua a ser difícil atrair profissionais para zonas mais afastadas dos grandes centros. Na sua opinião, importa refletir sobre formas de tornar estes territórios mais atrativos para a fixação de médicos, considerando que essa decisão depende também das oportunidades pessoais e profissionais que cada local oferece. -----

Apesar da inexistência de médicos de família atribuídos ao concelho, salientou que os utentes continuam a receber resposta às suas necessidades de saúde. Relativamente às pessoas que aguardam de madrugada por consulta, afirmou que o Município pretende fazer parte da solução, trabalhando em conjunto com a Unidade Local de Saúde para melhorar os mecanismos de marcação de consultas e criar melhores condições de espera para os utentes. Sublinhou, no entanto, que as competências municipais na área da saúde são limitadas e que qualquer solução terá de resultar de um trabalho articulado entre as diferentes entidades envolvidas. Terminou lamentando a situação e comprometendo-se a verificar igualmente o atraso na resposta à reclamação anteriormente referido pelo munícipe. -----

Considerando a urgência na aprovação dos documentos e, de acordo com nº 3 do artigo 20º do Regimento e, o n.º 3 do artigo 57º da Lei nº 75/ 2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta, as deliberações tomadas. -----

Encerramento

E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião eram dezasseis horas, do que para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Anabela Graça, Técnica Superior de Secretariado, da Secção de Expediente, Arquivo Geral e Reprografia, que a redigi, subscrevi e assino. -----

